

Índios ameaçam ir à luta por nação independente



Líderes acertaram ontem acordos sobre a censura ideológica

Acordo elimina a censura política da Constituição

As lideranças partidárias fecharam ontem um acordo proibindo qualquer tipo de censura política ou ideológica nos meios de comunicação e nas artes após a promulgação da futura Constituição. Decidiram também que a legislação ordinária estabelecerá os instrumentos necessários para a defesa da pessoa, família, comunidade ou instituições que sejam ofendidas em seus valores éticos e culturais.

Esse último dispositivo provocou muita discussão entre os representantes dos sindicatos dos artistas, que faziam lobby junto aos parlamentares que participavam da reunião. Alguns deles julgavam que a criação de instrumentos necessários para a defesa dos valores éticos e culturais poderiam ser entendido como uma brecha para a censura prévia, contrariando o caput do ar-

tigo que veda qualquer tipo de censura. (Veja matéria no caderno 2). Um dos pontos mais importantes do acordo diz respeito à "ampla liberdade" nos meios de comunicação, com garantia da pluralidade de opinião. Isso significa que qualquer emissora de rádio ou televisão não poderá mais evitar, por exemplo, a divulgação de uma entrevista de um político de posição ideológica diferente, sob pena de conceder o espaço após decisão do Supremo Tribunal Federal.

As lideranças não conseguiram chegar a um acordo sobre a obrigatoriedade de regionalização da programação, que seguirá a percentual a ser estabelecido em lei. Ou seja, as programações de rádio e televisão perderão o caráter nacional, já que a emissora filiada terá que apresentar programas, elaborados pelas produtoras independentes, de caráter local.

Ambiente unifica paulistas

São Paulo — Constituintes do PMDB paulista, tanto integrantes do Centrão, como ambientalistas, chegaram a um acordo ontem, durante reunião no Palácio dos Bandeirantes com o governador Orestes Quércia, visando apoiar o capítulo do Meio Ambiente, reunindo propostas da Comissão de Sistematização e outras do Centrão. A reunião foi convocada por Quércia, a pedido do secretário João Oswaldo Leiva, de Obras, que estava "preocupado" com alguns itens de uma emenda do Centrão, pois ela "mutilava", segundo o deputado federal Fábio Feldmann, o capítulo aprovado pela Comissão de Sistematização.

Garantindo que não pretendia bancada federal do PMDB para discutir sua eventual candidatura à prefeitura de São Paulo, Leiva procurou mostrar que sua preocupação no momento era em "resolver os problemas do meio ambiente na Constituinte". Explicando que essa mesma preocupação é encontrada não apenas no governador como em outros secretários de Estado, Leiva acrescentou: "Entendemos que a defesa do meio ambiente corre perigo com a proposta do Centrão. É o nosso objetivo obter o apoio de todos os deputados federais para que possamos aprovar o

projeto da Sistematização e, portanto, ter a garantia de um meio ambiente mais defendido".
Defesa
O governo de São Paulo, segundo Leiva, apóia vários pontos contidos no projeto da Comissão de Sistematização, como a definição das atribuições do Governo e de toda a sociedade zelar pelo equilíbrio ecológico e pela defesa do meio ambiente, enquanto a proposta do Centrão dá essa atribuição apenas ao poder público. "Isso, portanto, tira a responsabilidade das pessoas. E, no futuro, vai dificultar as punições. Como podemos punir uma pessoa que não é responsável por determinada ação?".

Fábio Feldmann, em entrevista im-
portante o apoio do governo do Estado para a legislação do meio ambiente, lembrando que esse mesmo apoio já foi pedido a outros governadores, como Newton Cardoso (MG), Moreira Franco (RJ) e Alvaro Dias (PR). "A emenda do Centrão", explicou Feldmann, "atende apenas ao interesse das mineradoras, das poluidoras. E, portanto, eu acho que, se alguns dos deputados de qualquer partido, tiverem a coragem de defenderem interesses, a opinião pública saberá quem são e saberá cobrar nas futuras eleições".

Falta de quorum adia votação

Novamente a falta de quorum impediu a realização da sessão da Constituinte ontem, e, conseqüentemente, adiou para hoje a aprovação do capítulo "Ciência e Tecnologia". Apenas 273 constituintes registraram presença na verificação, feita, às 16h30, pelo presidente Ulysses Guimarães. Ele marcou para às 9h00 da manhã de hoje sessão da Câmara dos Deputados e às 10h00, do Senado Federal.

Nem mesmo o acordo firmado entre os líderes partidários no último final de semana, sobre o texto referente à Ciência e Tecnologia, conseguiu sensibilizar parlamentares para o comparecimento em Brasília, principalmente no plenário da Constituinte. "Enquanto os assalariados têm que trabalhar seis e até sete dias por semana, os constituintes resumem suas atividades às terças, quartas e quintas-feiras: é uma vergonha", protestou o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO), pela ausência de 286 parlamentares na sessão de ontem.

A sessão pinga-fogo foi marcada por inúmeros protestos, de parlamentares, contra a morosidade de tramitação e

Carta começa a ser avaliada

Com a Assembléia Nacional Constituinte chegando ao seu final, os congressistas já fazem um balanço dos prós e contras da Carta. O resultado, por amostragem, privilegia ainda o conceito de Constituição "avançada" — apesar dos protestos do articulador do Centrão, deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), sua avaliação sobre a Constituinte e seu principal objetivo, a nova Constituição, é das mais pessimistas: "A Assembléia empenhou-se em desmoralizar o trabalho, em manter visível condescendência com os presos e em afugentar o capital do investidor estrangeiro com sua xenofobia exacerbada".

Afora essa opinião, as demais se classificam entre as efusivas e moderadas. Com efeito, o ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, deputado Luís Inácio Lula da Silva (SP), como contraponto a Cardoso Alves, diz que ninguém pode falar que a Constituição não trará avanços. O deputado José Lins (PFL-CE), mais moderado que os outros dois, observa muitos avanços no projeto constitucional. Mas não deixa, porém, de ressaltar "algumas falhas, exageros e detalhes" que poderiam ser evitados se "o material fosse remetido à legislação complementar ou ordinária".

Hugo Marques



As 180 nações indígenas que ainda restam no País prometem criar uma espécie de «Confederação dos Estados Independentes Indígenas» e expulsar todos os brancos de suas terras se a Constituinte aprovar o artigo 271 do Capítulo da Ordem Social. Este capítulo veda aos indígenas aculturados direitos assegurados às comunidades não aculturadas — entre eles o de demarcação de terras. Ainda hoje, 70 lideranças de 22 nações indígenas terão encontro com o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, a quem pedirão apoio durante a votação do capítulo, possivelmente amanhã.

Segundo o piloto e administrador de empresas Marcos Terena, típico representante indígena aculturado, esta «independência» significaria, na prática, que as comunidades indígenas não se veriam obrigadas a respeitar a Constituição que está sendo elaborada. «Vamos também — acrescentou Terena — reivindicar junto à Organização das Nações Unidas uma vaga de embaixador para um representante dos índios».

Tutela
Segundo Marcos Terena, se decretada a independência indígena em relação ao povo «brasileiro», todas as 180 nações de silvícolas abdicariam também da tutela do Estado. Na avaliação do diretor do Parque do Xingu, caciço Megaron Txucarramãe, a aprovação do artigo significaria uma invasão das terras que pertencem aos índios.

«É uma maneira do Governo calar a minha boca, falando que não sou mais índio. Eu não poderia falar mais nada como índio, como líder», afirma Megaron. Na opinião dele, os norte-americanos extinguíram os índios «à bala», e no Brasil querem extingui-los «à caneta», em referência ao artigo que será votado pela Constituinte. Tanto Terena quanto Megaron prevêem o derramamento de



sangue nas diversas aldeias indígenas, caso o artigo 271 seja aprovado, com a expulsão de brancos.

Emenda poderá anular artigo

Vigília
Durante vigília que pretendem fazer, possivelmente amanhã, em frente ao Congresso, 30 nações indígenas serão representadas por mais de 200 índios. Cada etnia falará sua própria língua, com a intenção de mostrar aos constituintes que «no Brasil existem 181 povos», segundo Marcos Terena. «Se a lei que o branco fizer não for boa, o índio não aceitará e abrirá mão da cultura brasileira», finaliza Terena.

Na avaliação das lideranças indígenas, quase 90 artistas, intelectuais e ainda todos os políticos de partidos de esquerda estarão apoiando os índios. Chico Buarque, Milton Nascimento, Gonzaguinha, Maitê Proença, Beth Carvalho, entre outros, já assinaram apoio formal aos índios. Estas lideranças cobram também do presidente José Sarney o mesmo apoio que ele pediu aos índios dois dias antes da morte de Tancredo Neves.

O artigo 271 do projeto de Constituição dispõe que "os direitos previstos neste capítulo não se aplicam aos índios com elevado estágio de aculturação, que mantenham uma convivência constante com a sociedade nacional e que não habitam terras indígenas". Emenda apresentada pelo Centrão é ainda mais incisiva: "Os direitos previstos neste capítulo só se aplicam aos índios que, efetivamente, habitam terras indígenas".
A única possibilidade de este princípio ser excluído da futura Carta está na aprovação de emenda do deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), que simplesmente suprime o artigo 271. Entre os direitos a que este artigo se refere, estão o reconhecimento aos indígenas dos seus "direitos originários", competindo à União a proteção desses bens.

Cabral defenderá direitos indígenas

O deputado Bernardo Cabral, relator da Constituinte, garantiu ontem que não criará obstáculos à aprovação de destaque supressivo, de autoria do deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), para o artigo 271, da Sistematização, que exclui direitos concedidos aos índios aculturados. "É ridículo e inoportuno", comentou Feldmann, sobre a ameaça de formação de um estado indígena independente, caso o texto seja mantido.

Segundo constituintes, o lobby e as pressões para manutenção do dispositivo que distingue os indígenas aculturados partem, principalmente, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Conselho de Segurança Nacional (CSN). "Pelo texto, se o índio vestir uma calça jeans, perderá todos os seus direitos", protestou o deputado Fábio Feldmann, que desconhece a origem da ameaça indígena, considerando que, nesta etapa a notícia somente dificulta a assinatura de um acordo com as demais lideranças.

Até o momento, existia uma disposição de líderes pela aprovação de emendas do deputado Alcení Guerra (PFL-PR) e do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), além da aprovação do destaque que votação em separado (DVS) do deputado Feldmann. "Tudo poderá deixar de existir, em razão desta posição radical e inesperada das entidades indígenas", comentou o parlamentar.

Índios
Pelo texto acordado, são reconhecidos aos índios seus direitos originários sobre as terras que ocupam, sua organização social, seus usos, costumes, línguas, crenças e tradições, competindo à União a proteção desses bens. As terras ocupadas pelos indígenas são inalienáveis e indispensáveis a qualquer título e os direitos sobre elas são imprescritíveis. Ainda pelo texto, fica vedada a remoção dos grupos indígenas das terras que ocupam, salvo nos casos de epidemia e catástrofe, ficando garantido o seu retorno quando o risco estiver eliminado.